

PROLETÁRIO

PREÇO Cr\$ 40

Nº1 - MAIO 1981

O renascimento das lutas operárias coloca a

NECESSIDADE DO PARTIDO INTERNACIONAL DE CLASSE

Após dez anos de relativa paralisia, o movimento operário marcava, no Brasil, sua reaparição em grande escala com a formidável explosão grevista de 1978. Ao contrário das greves de 1968 - que se inseriam na curva descendente, no encerramento de um ciclo histórico -, este reavivamento das lutas operárias se inscreve num ciclo diametralmente diferente: o do início de uma nova fase da luta de classes em escala internacional, que trará consigo o renascimento do movimento operário mundial.

A nova fase que se abre internacionalmente tem como marco a crise mundial do capitalismo. Pondo fim ao ciclo de prosperidade e de vertiginosa acumulação sucessivas à última guerra imperialista, esta não é uma crise passageira, como as que o capital conheceu inclusive neste pós-guerra, mas sim o pano de fundo contra o qual se desenrolará, daqui para diante, o drama histórico, cujo desenlace inelutável será a solução do tremendo dilema: ou revolução proletária mundial, ou nova guerra

imperialista. Levando o capitalismo a deflagrar uma ofensiva generalizada contra as condições de vida da classe operária do mundo inteiro (consustancia da sobretudo na baixa dos salários reais, no desemprego, na supressão das "conquistas" e vantagens outrora concedidas), a crise geral deverá, por isso mesmo, provocar a volta do movimento operário à cena histórica. E já hoje começamos a assistir os primeiros momentos do renascer da luta de classe proletária.

(segue pg. 2)

SP: CAMPANHA DOS METALÚRGICOS

Um teste importante

O cenário foi cuidadosamente preparado. Em fevereiro, os interventores dos sindicatos do ABC foram substituídos por juntas governativas, a fim de assegurar a "representatividade operária". "A nomeação das juntas constitui um passo à frente na admissão de que é melhor ter um sindicato combativo e duro nas negociações, cuja autoridade sobre a categoria (sic!) provenha de sua livre escolha, do que ter sindicatos doces, mas que não representam ninguém", dizia o editorial da Folha de São Paulo de 14.2.81, fazendo eco à recusa do patronato a negociar o acordo salarial com os intervenientes, "porque isto significa negociar com o governo, quando é mais produtivo o diálogo entre as partes interessadas" (pa-

lavras de Vidigal, o presidente da FIESP, Folha de 27.1.81). A junta foi escolhida a dedo, de tal modo que não fosse mais que um biombo formal que deixasse, na realidade, a direção efetiva da campanha nas mãos das direções destituídas, dos Lulas & Cia., cuja autoridade sobre a categoria é indiscutível.

Para criar um clima favorável, a burguesia desencadeia uma formidável campanha de intimidação, agitando o espectro das demissões em massa, a possibilidade de acabar com os reajustes semestrais, etc. Paralelamente, entoa cânticos à negociação direta, deixando entrever que considerava o acordo dos metalúrgicos do ABC e do interior do Es-

(cont. da pg. 12)

Uma arma para a organização da vanguarda proletária

Este jornal tem em vista contribuir para a árdua batalha de criar as premissas da "constituição do proletariado em classe e, portanto, em partido", o que é a condição indispensável para a sua "constituição em classe dominante", como dizem as magníficas fórmulas do Manifesto do Partido Comunista, que condensam todo nosso programa. Esta batalha desenvolve-se em três planos inseparáveis e complementares: defesa e afirmação da variante teoria marxista contra a obra permanente de revisionismo e deformação levada a cabo no próprio movimento operário pelas multiformes variedades de oportunismo; fortalecimento e extensão da vanguarda comunista organizada como partido de classe e da sua influência sobre o proletariado; participação nas lutas imediatas travadas pela classe em defesa das suas condições de vida e trabalho, em que os comunistas "representam o futuro do movimento" (Marx), ao mesmo tempo que contribuem para levá-las a cabo com a máxima consequência (sabendo que o principal resultado delas é "a união crescente dos trabalhadores").

A imprensa revolucionária desempenha um papel de primeiro plano nessa batalha. "Organizador coletivo" (Lênin) da vanguarda revolucionária e de seu partido, o jornal comunista con-

(segue pg. 14)

SUMÁRIO

- A função do P
- O marxismo e a Constituinte
- A guerra civil em El Salvador
- Sobre o intento de golpe militar na Espanha
- Preparar a resposta de classe ao "terror branco"
- Notas várias

NECESSIDADE DO PARTIDO INTERNACIONAL

Anunciam-no a explosão em série de revoltas e vagas de greves operárias, que sacodem a extensa área do assim-(mal)chamado "Terceiro Mundo", da Coréia à América Latina, passando pelo Oriente Médio e a África, de que as magníficas lutas do proletariado brasileiro são parte integrante. Mas, se pelo fato material de que é o elo mais fraco da cadeia mundial do Capital o primeiro a rebentar, começou neste cinturão periférico que envolve o centro mundial do capitalismo - as metrópoles imperia listas euro-americanas (inclusive a com sede em Moscou) - a luta de classe proletária terminará, cedo ou tarde, investindo também aqueles centros vitais, onde jogar-se-á a sorte final da revolução mundial. Antecipação disto são as lutas de classe na Polônia, que aproximam, histórica e geograficamente, o renascimento do movimento operário da área central do capitalismo.

Mas não são só as raízes materiais, constituídas pela crise capitalista, que têm um caráter internacional (e que, por isso mesmo, emprestam às lutas operárias no Brasil, bem como em outras partes, um alcance e um caráter igualmente *internacionais*, objetivamente). As condições políticas - isto é, o nível de preparação, de organização, de "consciência" - em que se encontra o movimento operário também são determinadas pelo *curso internacional* passado da luta de classes, cuja característica essencial está na vitória, há mais de meio século, da contra-revolução stalinista.

A vitória do stalinismo, e rígida sobre o cadáver da Internacional Comunista, aniquilou cabalmente o movimento operário internacional em todos os seus níveis: teórico, programático, organizativo. Contrabandeou com a etiqueta do marxismo uma infame ideologia que faz sua, potencializando-os, os piores traços do reformismo social-democrático e os postulados do nacional-democratismo, e transformou as organizações de classe (partidos, sindicatos, o próprio Estado russo) em instrumentos da conservação social burguesa. Em suma, esta que foi a *mais profunda contra-revolução* já sofrida pelo movimento operário privou a classe operária de sua vanguarda revolucionária, a *nível internacional* - que é precisamente aquele em que se desenvolve a luta de classe proletária.

Esta tremenda derrota do proletariado mundial pelo stalinismo fez com que a classe operária fosse a grande ausente na cena histórica internacional, enquanto força política autônoma,

desde o trágico holocausto do proletariado chinês em 1927 (cujo banho de sangue corou a vitória do nacional-democratismo stalinista) até nossos dias. Em todo este arco de tempo não é que não combateu, que não ofereceu, com a generosidade e o heroísmo costumeiros, sua energia, seu sangue: o fez, *mas sob bandeiras que não eram suas; o fez, sobretudo no "Terceiro Mundo", mas diluída em movimentos populares, cujo conteúdo histórico só podia ser democrático-burguês, precisamente porque, não estando organizado em classe, isto é, em partido, o proletariado não podia disputar a direção deles às forças democráticas - burguesas e pequeno-burguesas - e, desbancando-as, transformá-las em componentes da revolução comunista mundial.*

O movimento operário achasse, pois, hoje, em relação à burguesia, num *dramático atraso*, tanto no plano da luta econômica, como no da luta política.

Politicamente, a crise capitalista levou a burguesia mundial a preparar-se, em *escala internacional*, contra o renascimento das lutas operárias que, por uma longa experiência de dominação de classe, ela pressentia como resultado do aguçamento da crise. Assim, nas democracias imperialistas procedeu a uma *blindagem* do Estado democrático, graças a uma série de medidas políticas, jurídicas, policiais, que, aliás, foram postas em prática de modo coordenado entre os diferentes Estados nacionais (pelo menos, a nível da Europa). Paralelamente, democratizou aqueles países de regime abertamente ditatorial (Portugal, Espanha, Grécia), a fim de provê-los de instituições e mecanismos mais aptos para amortecer os impactos da luta de classe, cuja eclosão nenhum regime, por mais totalitário que fosse, poderia impedir eternamente.

Esta mesma manobra da democratização vem sendo aplicada igualmente no "terceiro mundo", como é o caso do Brasil. E não significa, absolutamente, um enfraquecimento do Estado burguês, um afrouxamento de seu aparelho repressivo, mas, muito pelo contrário, seu *fortalecimento*, já que sua estrutura "*forte*" (cujos aspectos essenciais permanecem inalterados, só se reformando a fachada política, pintada das cores da democracia) é complementada com a integração do conjunto das forças políticas à política geral de manutenção do status quo e da ordem burgueses.

O *atraso* da classe operária em sua preparação política

faz com que ela não seja capaz de opor a esta manobra de *fortalecimento da ditadura de classe burguesa* uma ação independente, orientada segundo uma perspectiva revolucionária de classe. Daí cair ela sob a influência daquelas forças democráticas atuantes no movimento operário, o que tem como consequência deixar a iniciativa política inteiramente nas mãos do adversário de classe. Daí ser ela atualmente incapaz de opor à blindagem do aparelho estatal a organização de uma *autodefesa de classe*, o que tem como consequência dramática deixá-la totalmente exposta à repressão burguesa e impotente para responder eficazmente a ela.

No plano "econômico", por ter sido decapitada a sua vanguarda revolucionária internacional pelo stalinismo, a classe operária se acha submetida, em todo o mundo burguês (o qual inclui os falsos países "socialistas", da URSS à China, de Cuba aos países europeus orientais e à bucólica Albânia), aos imperativos do capital. Uma submissão que se dá tanto diretamente, mediante a integração da organização sindical ao Estado burguês, como indiretamente, através da política burguesa das direções reformistas que controlam os aparelhos sindicais sobretudo nas democracias imperialistas. E como as organizações de tipo sindical são os instrumentos da "guerrilha cotidiana" contra o capital, a classe operária acha-se incapacitada a resistir eficazmente ao ataque em regra que a burguesia desenheia, em *escala internacional*, contra suas condições de vida e de trabalho.

O renascimento das lutas operárias coloca, assim, imperiosamente, a urgência de preencher este vazio, tanto no terreno político, como no terreno sindical, reconstituindo a força independente de classe em *escala internacional*. E reconstituir esta força de classe radicalmente posta à política burguesa, quaisquer que sejam os métodos por ela empregados - fascistas ou democráticos, bem como aquele que, amalgamando ambos, faz-se passar por "socialismo" -, significa reconstituir aquele órgão que representa e exprime o movimento operário revolucionário na história: o *partido internacional de classe*.

A presença atuante do partido de classe, com um mínimo de influência sobre o movimento real e suas vanguardas (das que constitui a *parte mais avançada*), é uma condição indispensável para arrancar a classe à influência paralisante da democr

DE CLASSE

A função do PT

cia e dos partidos "operários" a ela ligados; e para organizar de modo consequente, no terreno classista - *necessariamente subversivo, violento, antilegalitário*, em suma, *antidemocrático* -, a resposta operária à repressão burguesa, que não poderá deixar de acentuar-se, de potencializar-se, à medida que a crise geral do capitalismo for progredindo.

Do mesmo modo, ela é uma condição indispensável para manter numa linha classista as organizações imediatas, para cuja reconstituição contribui com todas as suas forças. Ademais, a presença e a influência do partido de classe é condição não só para levar a classe a encarar de modo satisfatório os problemas políticos que o desenvolvimento da própria luta econômica imediata colocará (e já coloca), como também para elevá-la ao nível da luta revolucionária contra o capitalismo, pela dita dura proletária, pelo comunismo. Luta esta que é a única solução para a alternativa que a história coloca implacavelmente à classe operária: ou emancipar-se do jugo e da exploração capitalistas mediante a revolução comunista mundial; ou tornar a ser esmagada pela contra-revolução burguesa mundial, por uma nova guerra imperialista, condição indispensável ao capital para superar a crise e partir uma vez mais para um novo ciclo de acumulação, ainda mais opressivo e catastrófico que o atual.

A burguesia prepara metodicamente, calculadamente, sua alternativa contra-revolucionária em escala internacional. Cumpre aos revolucionários opor a esta preparação contra-revolucionária a preparação revolucionária internacional do proletariado, a qual coloca a necessidade imprescindível de reconstituir o partido internacional de classe como fator revolucionário da história.

NOS DISTINGUE

A linha que vai de Marx a Lênin, à fundação da Internacional Comunista e do Partido Comunista da Itália (Livorno, 1921); a luta da Esquerda Comunista contra a degeneração da Internacional, contra a teoria do "socialismo num só país" e a contra-revolução stalinista; a repulsa das Frentes Populares e dos blocos da Resistência; a dura obra de restauração da doutrina e do órgão revolucionários, em contato com a classe operária, fora da politicagem pessoal e eleito-reira.

O acelerado desenvolvimento capitalista do Brasil nesta última década, a que se somam os efeitos da crise mundial, açucou os já viciados e lentíssimos antagonismos de classe nas cidades e nos campos. Assim, a burguesia brasileira empreende um "processo gradual" para introduzir a democracia, cuja função é a de amortecer os efeitos potencialmente subversivos destes antagonismos canalizando-os para os marcos do legalitarismo democrático e parlamentar

Ora, uma condição básica da democracia burguesa moderna é a existência de um oportunismo operário capaz de exercer um controle eficaz sobre as massas trabalhadoras e desviá-las para o terreno legalitário e parlamentar do colaboracionismo democrático, impedindo-as, assim, de se colocarem no terreno da luta de classe.

Nos países que são o berço do capitalismo moderno e do movimento operário (os países europeus), o oportunismo começou a surgir há mais de um século, como produto da corrupção das camadas superiores da classe operária pelas migalhas proporcionadas pelo monopólio industrial e, mais tarde, pela pilhagem imperialista do mundo. Constituído-se em agentes da burguesia no seio do movimento operário, esta "aristocracia operária" submeteu os partidos e sindicatos operários aos interesses gerais do seu Estado burguês imperialista. O primeiro exemplo histórico desta degeneração do movimento operário de classe foi proporcionado pelo "laborismo" inglês, que dominou as Trade-Unions e o Labor Party. Na Europa continental, foi seguido pelo reformismo social-democrata, ao qual, depois da vitória da contra-revolução stalinista em meados dos anos 20, se uniram os partidos ex-comunistas.

Pois bem, o grande problema com que se defronta hoje a burguesia no Brasil (e, em geral, em toda a América Latina), ao ver-se levada a democratizar sua forma de dominação, é, precisamente, a ausência atual de agentes na classe operária, que gozem de uma influência determinante e sejam capazes de assumir a "representação" oficialmente reconhecida dos trabalhadores nos vários níveis institucionais (parlamentar, sindical, etc); ou seja, trocando em miúdos, capazes de fazê-los tragar os imperativos da ordem burguesa e do bom funcionamento da exploração capitalista. As forças com que até então tinha contado para desempenhar esta tarefa - tanto os PCs e PSS, como os movimentos diretamente burgueses, do tipo do getulismo, do peronismo, etc - se desgastaram a tal ponto por sua atuação passa da que, sobretudo aqui no Brasil, já não estão em condições de desempenhar eficazmente seu papel.

A função do PT é precisamente a de preencher esta lacuna. Esta função, que irá se manifestando com uma nitidez cada vez maior, à medida que a luta de classes se for desenvolvendo, já estava expressa em documentos que datam da própria fundação deste partido, como o texto "Um partido sem patrões" e a "Declaração Política" de 13.10.79, a que foram dados ampla divulgação.

Como que recordando à burguesia a necessidade que esta tem de um partido oportunista para dar uma base sólida à democracia, o primeiro texto proclamava que "uma democracia parlamentar e formal (...) que exclua a participação organizada do povo - como ocorreu entre 1945-64 - dará nascimento a um regime enfraquecido". Sábias palavras! Não é preciso sublinhar que o PT almeja ser o organizador da dita participação capaz de dar à luz um regime fortalecido. Vale a pena, porém, recordar que tal regime, por mais democrático que possa vir a ser, nunca será outra coisa senão a ditadura de classe da burguesia. E ela, então, que o petismo se esforçará a fortalecer. Tal qual estávamos dizendo...

A citada "Declaração" alude a como o PT se propõe levar a cabo esta função: criando "um canal de expressão política e partidária dos trabalhadores da cidade e do campo, assim como de todas as camadas exploradas pelo capitalismo", canal este que servirá para aqueles "se apropriarem do campo político em quanto atividade própria das massas populares, que querem (aquí os petistas projetam sua própria vontade nas massas...) PARTICIPAR, LEGAL E LEGITIMAMENTE, DE TODAS AS INSTÂNCIAS DO PODER NA SOCIEDADE". Maiusculizamos esta preciosa definição da vontade suprema de todo oportunismo. Recordemos uma vez mais que esta participação no poder, através da qual o reformismo pretende assumir o poder para a classe operária, tem - e não pode ter mais que - um único significado histórico: *colaboração de classes com a burguesia, consolidando a democracia, isto é, fortalecendo a sua máquina de opressão sobre a classe operária*. Uma vez mais, como dizíamos...

A atividade levada a cabo pelo peleguismo democrático dos Lulas & Cia., cepa do PT, permite
(segue p. 14)

O Marxismo e

A Assembléa Constituinte é, hoje, uma das principais bandeiras políticas desfraldadas no país. Militares e civis, empresários, eclesiásticos e políticos burgueses, pronunciam-se cada dia em favor da sua convocação; e, à esquerda destes ilustres senhores, que se totalidade dos partidos ligados ao movimento operário empreende uma frenética campanha no mesmo sentido, ainda que com argumentos diferentes dos primeiros. Que é, pois, esta Constituinte, que eleva gritos tão generalizados e que encontra certa simpatia até mesmo em meio aos setores que hoje detêm o governo do país?

Historicamente, a Constituinte foi, a princípio, a bandeira das revoluções democrático-burguesas da Europa no século XIX e da Rússia no início do século em curso. As primeiras revoluções burguesas - a inglesa e a francesa - não haviam propugnado a forma política do novo Estado que criariam sobre as ruínas do poder feudal. No século XVIII, a teoria dos Voltaires e dos Rousseaus, que preparava no terreno ideológico a revolução burguesa, continha o conteúdo da revolução, mas era incapaz de delinear sua forma constitucional. As diversas formas, antes imprevisíveis (Assembléa Nacional, Constituinte, Convenção), que foram as matrizes das Câmaras eletivas do século XIX, nasceram do desenvolvimento espontâneo da luta, inclusive depois de 1789. Mesmo assim, o exemplo histórico inglês só foi seguido muito depois de ter-se concretizado.

Os ideólogos burgueses pretendem que as leis fundamentais a serem proclamadas por estas Constituintes sancionariam as célebres liberdades democráticas, a unidade nacional, o sufrágio universal, etc; ou seja, todas aquelas liberdades e direitos que, segundo eles, permitiriam a realização da "soberania popular". Desde seu surgimento, o marxismo desmascarou o conteúdo do programa democrático, demonstrando que este não correspondia "ao povo em geral", mera abstração anti-histórica, mas sim a uma classe bem definida - a burguesia -, e que tinha um duplo conteúdo histórico. De um lado, correspondia à luta contra as classes feudais para destruí-las as barreiras econômicas, políticas e jurídicas que impediam o pleno desenvolvimento do capitalismo. De outro lado, a instauração, sobre os escombros do *Ancien Régime*, de sua dominação social e sua ditadura de classe sobre as massas trabalhadoras e exploradas.

Não podemos nos deter aqui na história da Constituinte de 1848, cuja impotência e covardia, como em sua edição alemã, implacavelmente escarnecida por Marx e Engels em páginas inesquecíveis, só foram iguais por sua fanfarronice. E não é de mais lembrar que, várias ve-

zes, a bandeira da Constituinte foi habilmente explorada pelas forças reacionárias para ganharem o apoio "popular". Este foi o caso das promessas de Frederico Guilherme III, da Prússia, no sentido de conceder uma Constituição, a liberdade de imprensa, etc, para assegurar-se o apoio do povo (burguesia, pequena burguesia, massas trabalhadoras) em sua luta contra Napoleão. Foi também o caso da Rússia após o fracasso do golpe de Kornilov, quando os latifundiários, a grande e a pequena burguesia (inclusive os mencheviques, antepassados políticos e ideológicos das "esquerdas" de hoje), se agarraram à bandeira da Constituinte como manobra para tentar alijar a revolução proletária iminente, prosseguir a guerra e impedir a revolução agrária.

Deixando de lado as vicissitudes de sua história agitada, limitar-nos-emos a sublinhar que a Assembléa Constituinte só teve um sentido positivo como expressão da revolução democrático-burguesa, isto é, como expressão do parto da sociedade capitalista e do Estado burguês. Nada mais que isto. Não é, pois, uma bandeira a ser içada no topo de castelos de areia metafísicos e supra-históricos, como os que constroem nossos fogosos "revolucionários" para abrigar seu sonho, tão utópico quanto contra-revolucionário, de uma forma política acima da luta de classes e dotada da mágica virtude intrínseca de suprimir a opressão e permitir uma evolução social pacífica, harmoniosa e fraterna.

As Constituintes acompanham o ciclo da democracia, que esgota seu valor historicamente revolucionário ao levar a cabo a liquidação das forças pré-capitalistas e ao transformar-se, especificamente, numa máquina de opressão burguesa sobre o proletariado.

Todavia, a data do sepultamento da democracia como forma revolucionária na Europa, na segunda metade do século XIX, não marcou, desgraçadamente, ao mesmo tempo, o fim das Constituintes. Ao contrário, nunca houve aí tantas Constituintes como de pois de 1871. E certos revolucionários de opereta, compadres

dos "revolucionários" verde-amarelo, continuam ainda a clamar ali por outras mais!

Revolução=destruição, e não reformas

Qual a função destas Constituintes posteriores ao esgotamento do conteúdo revolucionário da democracia burguesa?

Reformar o Estado burguês, já bem e definitivamente estabelecido, adaptando a dominação da burguesia à evolução das fases históricas pelas que atravessa o capitalismo e, sobretudo, às exigências da defesa do regime burguês contra a revolução proletária.

O exemplo alemão do primeiro pós-guerra deixou patente o conteúdo profundamente contra-revolucionário do lema da Constituinte na época em que, segundo Lênin e a III Internacional, tem-se uma única alternativa: ou democracia (= ditadura) burguesa, ou ditadura do proletariado, que é incompatível com a existência de um Parlamento e de uma Assembléa Constituinte, já que não se instaura com base no "consenso popular" (este deus da mitologia democrática), senão pela força armada do proletariado à frente das massas exploradas, e que exclui da vida política e da participação nos órgãos do Estado proletário toda classe não-proletária. No exemplo alemão, pois, a Assembléa Nacional convocada pelos Scheidemann foi uma peça preciosa naquela farsa contra-revolucionária montada pela social-democracia alemã que foi a "revolução" de 1918, uma farsa destinada a desarmar o proletariado, a afastá-lo da via antidemocrática e anticonstitucional da sua revolução e que teve como desenlace uma terrível matança anti-proletária. O balanço daqueles anos trágicos deixou inscrita para sempre a equação: na época imperialista, democracia = canalismo contra-revolucionário.

Saltando por cima de três décadas sombrias, nas quais, em nome dos "valores eternos" da democracia, o stalinismo liquidou o movimento operário de classe, inclusive em suas formas elementares, e arrastou o proletariado a mais uma guerra - em nome da defesa da democracia -, analisemos o sentido das Constituintes com que nos brindaram e nos continuam brindando no segundo pós-guerra.

Logo após o fascismo ter sido vencido no terreno militar, as burguesias, tanto nos países vencidos como nos países vence-

a Constituinte

dores, trataram de promulgar no vas Constituições. A essência destas foi incorporar à bagagem jurídica, política e social da democracia vencedora o legado do fascismo, que foi, assim, o verdadeiro vencedor histórico da guerra.

As democracias fizeram seus o corporativismo, os métodos centralizadores e autocráticos de governo, o reformismo (que ofas cismo, por sua vez, tinha herda do da social-democracia), a política trabalhista, o "planejamento econômico", etc. O sentido da obra legislativa da democracia de nossos dias é, em suma, o de fortalecer o Estado burguês, torná-lo cada vez mais policial e totalitário, graças à incorporação de todas as forças políticas e sociais (inclusive a classe operária, através dos partidos "operários" democráticos - stalinista, socialista e, tendencialmente, os da "esquerda revolucionária", que estão cada vez mais a reboque daqueles) na defesa da Ordem democrática; é o de desviar os impulsos proletários para os canais da colaboração de classes; é o de empreender reformas cujo único resultado é permitir a continuação da acumulação do capital mediante os sacrifícios consentidos da classe operária. Em suma, a democracia só pode evoluir atualmente num sentido: o da democracia blindada, facistizada.

Irreversivelmente contra-revolucionária

Esta tendência irreversível, recentemente confirmada pela "desfranquização" da Espanha, não é mais do que o reflexo, no plano político, da tendência da economia capitalista a concentrar-se e centralizar-se cada vez mais, uma tendência já analisada por Marx e Engels há um século. E esta tendência é universal, envolvendo inclusive os países de capitalismo atrasado, como os da América Latina. Só a enorme imbecilidade da democracia pequeno-burguesa deste subcontinente, cujos expoentes máximos são mui provavelmente, os "esquedistas" brasileiros, pode levar a imaginar uma evolução local independente, típica, original, como se o Oceano Atlântico e...o Canal do Panamá fossem barreiras suficientes para isolar a América Latina do imperialismo e dos turbilhões que arrastam a sociedade capitalista mundial, à qual está estreitamente ligada pelos vínculos do mercado mundial. Por outro lado,

do, toda a história do subcontinente, em geral, e a do Brasil, em particular, comprova que as classes dominantes locais sempre puseram-se "em fase" com a evolução política do capitalismo mundial, não obstante o caráter medíocre e grotesco que possa ter assumido a transposição dos "modelos" europeus e americanos para estas plagas.

Para continuarmos com exemplos deste século, basta recordar que o fascismo (que, ao contrário do que propaga a democracia burguesa e seus lacaios stalinistas e consortes, não era uma volta atrás da roda da história, mas sim a forma mais evoluída do domínio de classe e do reformismo burgueses) fez escola aqui, com o getulismo (e nos demais países do subcontinente, com o peronismo e outras formas políticas), que incorporou ao Estado e à sociedade os traços fundamentais do reformismo fascista (legislação trabalhista, sindicalismo de Estado, previdência social, etc). Enquanto que a atual evolução no sentido da democratização tende a dar lugar a uma democracia blindada, fascistizante, como se deu - e continua se dando - na Europa, e como já se tinha esboçado, em suas linhas essenciais, no regime argentino de 1973-76.

Que pode vir a ser, hoje, no Brasil (e, em geral, na América Latina) a Assembleia Constituinte?

A Constituinte - e, de modo geral, a democracia - só é revolucionária enquanto expressão da revolução burguesa, quer dizer, enquanto instrumento da destruição do monopólio das classes pré-capitalistas sobre o Estado. Ora, seria bater o recorde mundial de cegueira política pretender que, no Brasil de hoje, o poder de Estado não está solidamente empunhado por forças burguesas locais e internacionais. Nestas condições históricas, uma Constituinte só pode ter uma função: reformar a fachada da dominação burguesa, adaptar a forma estatal atual à necessidade de incorporar o conjunto da classe burguesa à gestão da vida política, econômica e social do país de modo direto (e não mais, como até aqui, por intermédio dos militares), bem como à necessidade de dotar esta dominação de classe de amortecedores institucionais capazes de abrandar os impactos da luta de classes sobre ela. O "Estado de direito" - que partidos "de esquerda" e...expoentes da grande burguesia esperam seja dado à luz por ela - não poderá ser mais que a continuação do atual Estado de fato sob novas

formas, isto é, deixará o poder (que, senhores cretinos democráticos tem um caráter de classe) em mãos das mesmíssimas forças históricas que hoje o detêm, mudando apenas seus executores do momento.

Não estamos a negar, com isso, que uma eventual democracia abortada de uma Constituinte não será idêntica à atual ditadura aberta da burguesia. Haverá, decerto, diferenças, ainda que o conteúdo de classe será o mesmo. Mas a grande diferença estará em que, ao coroar toda uma tormentosa evolução da dominação de classe burguesa no país, integrando as diferentes frações, em que se decompõem as classes dominantes, no exercício uniforme do poder de classe (após terem sido estas frações unificadas, no essencial, pela força do regime militar), o Estado democrático representará um passo adiante no sentido do fortalecimento da ditadura de classe da burguesia, e as instituições e métodos da democracia irão constituir-se em novas armas do já potentíssimo arsenal da dominação de classe burguesa. Enquanto que, em relação ao movimento operário, a grande diferença estará em que a democracia dará à burguesia a possibilidade, hoje praticamente inexistente, de atrai-lo para o terreno do legalitarismo, solapando suas potencialidades subversivas.

Para esta manobra de diversionismo democrático contribuirão (e já estão contribuindo) de forma decisiva os partidos e correntes ligados ao movimento operário que, de um modo ou de outro, reivindicam a democracia.

EL PROGRAMA COMUNISTA

nº 37
ENERO-ABRIL 1981

Necesidad de la organización, necesidad del Partido

El fin de la fase revolucionaria burguesa en el "Tercer Mundo".

El programa de la sociedad comunista: elimina toda forma de propiedad de la tierra, de las instalaciones de producción y de los productos del trabajo.

Lecciones de las contrarrevoluciones (yII).

Pedidos para:

GIUSTO COPPI

Casella Postale 962

Milano ITALIA

El Salvador

A guerra civil e o ocaso histórico

Há quase três lustros, fundava-se, sob o impulso da revolução cubana, a OLAS, expressão máxima do radicalismo pequeno-burguês democrático na América Latina. As correntes guerrilheiras a ela ligadas ocuparam, durante todo um período, um primeiro plano no cenário político do subcontinente, eclipsando-se em seguida não só por haverem sido esmagadas pela repressão, mas também - e é este um aspecto que adquire importância política fundamental - por terem feito uma estrondosa *bancarrota política*, abandonando seus princípios revolucionários pelo mais vil cretinismo democrático, legalista e parlamentar (como é o caso do MR-8, ou dos guerrilheiros venezuelanos, por exemplo). A história recente da América Central, onde os movimentos de guerrilha encontram-se no primeiro plano, levando a luta armada contra os poderes locais e até tomando o poder, como na Nicarágua, parece infirmar esta análise; mas, penetrando-se a simples aparência imediata dos acontecimentos históricos, vê-se que os movimentos guerrilheiros centro-americanos não escapam à parábola geral do revolucionarismo pequeno-burguês do subcontinente (*).

A importância revolucionária do guerrilheirismo latino-americano deve ser apreciada em função da sua capacidade de mudar o status quo da região (sacudindo, assim, um dos alicerces essenciais do imperialismo americano) e da sua capacidade de enfrentar não só o Estado e as velhas classes burguesas agrárias e mineiras ligadas ao imperialismo, como também a burguesia reformista, denunciada pela própria OLAS como um alicerce alternativo deste mesmo status quo continental. A América Central é um teste definitivo da curva histórica desta corrente, na medida em que - sendo um verdadeiro Balcãs americano, atrasada social e industrialmente e praticamente submetida à tutela colonial americana - é o terreno adequado para o programa burguês-democrático-radical, ou melhor, popular-nacional-revolucionário, da mesma.

A parábola do sandinismo foi a prova experimental do seu esgotamento histórico, que a guerra civil em El Salvador confirmou, mostrando que este balanço potencial concerne não só a este ou aquele país, mas também a toda a área da América Central e, com maior razão, da América Latina.

Isto é verdade porque tanto o sandinismo, como os "movimentos revolucionários" salvadoreños acabaram aceitando programaticamente a "coexistência pacífica" e o "mútuo respeito" entre os Estados. Em outras palavras, acabaram reconhecendo a perenidade do império americano, por um lado; a aliança com a burguesia reformista, por outro; e, finalmente, um compromisso negociado com as Forças Armadas (se na Nicarágua tal compromisso não se deu, não foi porque os sandinistas não estavam propensos a ele, mas por inflexibilidade do

próprio somozismo). Portanto, o radicalismo pequeno-burguês acabou por renegar toda perspectiva de mudança continental (melhor dizendo: regional) revolucionária, transformando-se numa espécie de "reformismo armado", com movimentos políticos violentos a serviço de uma reforma compatível com a Ordem continental estabelecida.

A Frente Democrática Revolucionária

A partir de 19 de abril de 1980, toda a oposição à Junta Militar agrupou-se na Frente Democrática Revolucionária (FDR). A FDR é constituída pelas chamadas "organizações revolucionárias" e pelos "partidos democráticos". As "organizações revolucionárias" são as seguintes:

- *Bloco Popular Revolucionário (BPR)* - a que aderem a importante Federação dos Trabalhadores do Campo (FTC); o Comitê Coordenador dos Sindicatos, que agrupa 33 organizações sindicais; o Movimento Estudantil Universitário e diferentes forças universitárias. O BPR está estreitamente ligado às Forças Populares de Libertação Farabundo Martí (FPL), organização de caráter militar.

- *Frente de Ação Popular Unificada (FAPU)* - que conta com a federação sindical FENESTRAS e uma boa implantação na classe operária. As Forças Armadas de Resistência Nacional (FARN) estão politicamente identificadas com a FAPU.

- *Ligas Populares 28 de Fevereiro (LP-28)* - com implantação em meio aos trabalhadores rurais e aos camponeses. Juntamente com o Exército Revolucionário do Povo (ERP), estão vinculadas ao Partido da Revolução Salvadoreña (PRS).

As duas últimas correntes autoproclamam-se maóístas; a pri-

meira está mais diretamente ligada ao castrismo. As FPL surgiram em 1970; o ERP em 1972; as FARN em 1975. A FAPU e o BPR fazem sua aparição em 1974-75, enquanto que as LP-28 são de 1978.

Os chamados "partidos democráticos" são os seguintes:

- *União Democrática Nacionalista (UDN)* - estrutura legal do Partido Comunista Salvadoreño;
- *Movimento Nacional Revolucionário (MNR)* - partido burguês, que adere à Internacional Socialista;

- *Movimento Popular Social-Cristão* - dissidência da Democracia Cristã.

Também aderem à FDR o Movimento Independente de Profissionais e Técnicos; a FENESTRAS; a Federação Unitária Sindical; a Federação Sindical dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação, Vestuário, Têxteis, Similares e Conexos; o Sindicato dos Trabalhadores do Instituto Salvadoreño de Previdência Social; o Sindicato Têxtil de Indústrias Unidas SA; a Associação Geral de Estudantes Universitários Salvadoreños; a Universidade de El Salvador.

Como membros observadores, assistem a Universidade Centro-americana (dos jesuítas) e a Federação Nacional da Pequena Empresa.

O golpe de outubro de 1979

El Salvador é o palco de uma verdadeira guerra civil, que fez mais de 10.000 mortos no ano passado. O Exército e a Guarda Nacional, apoiados pelos EUA e países como a Venezuela, estão a serviço dos latifundiários e da burguesia comercial, financeira e industrial. Secundados por bandos para-legais, reprimem a luta dos operários, camponeses e setores da pequena burguesia radical. É uma repressão feroz, que se abate sobre todo e qualquer opositor que ousa manifestar-se.

A confluência do movimento operário e das massas camponesas com as organizações armadas decorre de uma necessidade evidente da guerra social. O aguçamento da luta de classes supõe suas organizações militares. A guerra civil exige a aniquilação do adversário. A classe dominante salvadoreña, apoiada pelo imperialismo, compreendeu-o perfeitamente. É por isto que, enquanto o presidente Romero,

(*). Analisaremos, numa próxima publicação, a parábola do guerrilheirismo latino-americano.

do revolucionarismo pequeno-burguês

instado pelos EUA, pediu, em maio de 1979, a abertura de um "diálogo nacional" com a oposição democrática para levar adiante a efetivação de reformas burguesas, a extensão da base social do poder a setores burgueses mais amplos e a integração destes no Estado, a repressão não cessou nem um minuto.

A oposição democrática exigiu, então, a saída do general Romero para dar seu apoio a um plano de reformas levado a cabo pelas Forças Armadas. O "Foro Popular", entidade que agrupava a Democracia Cristã, o MNR, a UDN, as LP-28 e, de fato, também a FAPU (através da direção da FENESTRAS), pediu a democratização negociada do país. Os militares aceitaram, e a 15 de outubro tem lugar o golpe militar, constituindo-se uma Junta Governamental Revolucionária apoiada pela Igreja e composta por dois militares (Gutiérrez, da linha dura, e Majano, de oficialidade reformista), por um ministro MNR (Guillermo Ungo), por ministros da DC e por um representante da UDN (isto é, do PC) que ocupou o Ministério do Trabalho (é óbvio...).

Este "acordo civil-militar" era a continuação natural de toda a política da oposição democrática, que, desde sempre, tinha querido um acordo com os militares, e não a revolução. Assim, os intelectuais e as camadas pequeno-burguesas apoiaram o golpe militar de 1944 contra o general Martínez (o carrasco da revolta proletária de 1932); o golpe de outubro de 1960 teve o apoio de setores burgueses, pequeno-burgueses e da esquerda em todos os seus matizes; em 72 estabeleceu-se a União Nacional de Oposição (UNO), que agrupava a DC, o MNR e a UDN, com um programa de reformas eleitorais e que concorreu à presidência tendo como candidato Napoleón Duarte, da DC, atual presidente da Junta Governamental.

O projeto reformista do Exército e do Foro Popular fracassou porque o choque de classes não cessou com a formação da Junta "revolucionária". As massas não se desarmaram, nem se desmobilizaram, e as Forças Armadas não deixaram de reprimir um só momento. Em San Salvador, imediatamente depois do golpe, as Forças Armadas massacraram o perários em luta nas fábricas Lido, Diana, Arco Ingenieros e Apex, enquanto que camponeses foram metralhados em Morazán, Chalatenango, San Miguel, etc. O balanço da primeira semana da Junta foi de mais de 100 mortos pelas Forças Armadas. Os "partidos democráticos" fizeram tudo o que podiam para apoiar a ten-

tativa reformista, e os stalinistas da UDN chegaram a afirmar, pelo rádio que não tinha sido o Exército quem metralhou uma passeata do dia 21.10.79 mas "forças ocultas contrárias à Junta"... Esta situação levou as LP-28, que no primeiro momento tiveram uma atitude ambígua, a se retirar do Foro. As outras "organizações revolucionárias" opuseram-se à Junta desde o começo.

Após o fracasso do intento reformista de outubro, os representantes do MNR, o Ministro do Trabalho (UDN) e uma ala da DC renunciaram a seus cargos no governo nos primeiros dias de janeiro de 1980. O sentido desta renúncia ficou patente no "Manifesto" publicado a 4.1.80 pelos ex-ministros: "chamam a juventude militar a não se deixar levar pelas manipulações que os militares direitistas fazem nas Forças Armadas; a retomar os postulados da proclamação das Forças Armadas (!) e a lutar ao lado do povo salvadoreño (...). O Foro Popular exige que, em prol dos interesses da Pátria, se leve adiante a proclamação das Forças Armadas e a plataforma comum do Foro Popular". A renúncia não significava uma mudança de objetivos, mas sim uma simples mudança de tática por parte do reformismo. Isto é claramente explicado por G. Ungo e R. Mayorga (outro ex-ministro): "Existem, teoricamente falando, três possibilidades de saída para a crise. A primeira é que as Forças Armadas desabem em consequência de uma vitória militar da esquerda. Dadas as condições atuais, essa hipótese não parece, em absoluto, próxima. Segunda: que as Forças Armadas aniquilem o movimento popular e as organizações armadas que o representam. Teoricamente, isto é possível; na prática, não parecer ser um desfecho provável. A terceira possibilidade é a de que sejam aproveitadas as diferenças existentes no seio das Forças Armadas. Então, se as organizações revolucionárias aceitarem que sejam depurados do Exército os setores direitistas, e se a tendência progressista das Forças Armadas se decidir a aliar-se com as forças revolucionárias, poderia haver uma saída". É óbvio que os "partidos democráticos" trabalham para esta última solução: "Nós conhecemos um setor militar progressista, que agora poderá estar diluído, neutralizado, mediaticizado, que pode até estar confuso (sic), mas que não pode ter desaparecido da noite para o dia (...). Isto abre certas possibilidades de que esta tendência chegue, num momento dado, a conseguir um entendimento com as

organizações populares, revolucionárias e democráticas" (entrevista ao jornal mexicano *El Día*, 18.5.80).

Depois da saída da Junta destes burgueses e traidores, as "organizações revolucionárias", em vez de denunciarem o infame papel desempenhado por eles, para privá-los, assim, de todo apoio social, abriram euforicamente os braços para eles, a fim de firmar a "unidade das forças revolucionárias e democráticas". A 11.1.80, BPR, FAPU, LP-28 e UDN (!) lançam um Manifesto conjunto em que expressam "nossa solidariedade com todos os patriotas que lutam pela libertação definitiva de nosso povo e, de modo especial, com as organizações que compõem o Foro Popular"! E acrescentam: "Do mesmo modo, com aqueles militares que não abandonam suas aspirações de mudanças (leiam: o coronel Majano & Cia.) e justiça, apesar do predomínio que, por enquanto (!!!), têm, hoje, os setores mais reacionários do Exército, e os chamamos a lutar ao lado do povo por esses ideais de paz". No dia 21.1, o MNR exprime sua solidariedade com este Manifesto.

Por outro lado, outro Manifesto do PC, das FPL e das FARN, datado de 10.1, diz: "a união das forças revolucionárias e democráticas é uma necessidade urgente, é uma premissa imprescindível para a libertação do povo (...). Os militares honestos (para a democracia pequeno-burguesa, os militares dividem-se em "honestos" e "repressivos") não querem um enfrentamento entre as Forças Armadas e o povo em armas. Compartilhamos este sentimento e confiamos em que, pela sua honestidade e patriotismo, pelo fato de serem parte do povo, estes militares ocuparão o lugar que lhes corresponde, junto a nós".

Tudo já estava a postos para o nascimento da Frente Democrática Revolucionária, que adotou uma "Plataforma Programática do Governo Democrático Revolucionário". No plano internacional, longe de uma visão revolucionária anti-imperialista, preconiza "a solidariedade, a coexistência pacífica, a igualdade de direitos e o respeito mútuo entre os Estados". No plano político, preconiza um governo integrado "por representantes do movimento revolucionário e popular, dos partidos, organizações, setores e personalidades democráticas (que) compreenderá também os profissionais honestos (como se vê, a "honestidade" é uma idéia fixa destes "revolu-

EL SALVADOR

(cont. da pg. 7)

cionários"), o clero progressista, os partidos democráticos como o MNR, os setores avançados da Democracia Cristã, os oficiais dignos e honestos do Exército que estejam dispostos a servir os interesses do povo". No plano militar, tentará "fortalecer e desenvolver o Exército Popular, ao qual serão incorporados elementos da tropa, suboficiais, oficiais (!!) e chefes (!!!) do atual Exército que tenham uma conduta limpa". A "conduta limpa" da hierarquia militar e dos chefes do Exército, forjado durante décadas para massacrar operários e camponeses e treinado desde sempre pelo imperialismo, é uma velha conhecida das massas exploradas salvadorenhas!

Acaba-se reconhecendo que o programa proposto às massas operárias e camponesas não é mais que uma edição "melhorada" do programa do Foro Popular e da primeira Junta Governamental Revolucionária: "a partir de 15 de outubro de 1979, diversos partidos e setores tentaram, em vão, levar à prática, no governo, grande parte das medidas que propomos (...) Esta experiência confirmou com toda clareza que dita obra de transformação só pode ser levada a cabo pelo movimento revolucionário unido, aliado a todas as forças democráticas".

A chave de ouro desta parábola descendente do radicalismo burguês de tipo popular e castriista foi a nomeação para presidente da FDR de Guillermo Un-go, ex-ministro da primeira Junta militar e secretário da Conferência Permanente dos Partidos Social-democratas do continente americano, feita a 2.1.81.

Uma nova prova de subordinação da luta das massas operárias e camponesas a estas exigências da burguesia reformista é proporcionada pela "greve insurrecional" de três dias, lançada a 12.8.80 pela FDR, "que, com esta ação, tenta precisamente demonstrar a opinião exterior (leiam: EUA e demais países americanos) o apoio popular que assegura ter e que a aponta como uma força a ser levada em conta para qualquer solução da crise salvadorenha" (El País de 15.8.80). Este "exercício de publicidade" custou às massas várias centenas de mortos.

A revolução popular-constitucionalista francesa de fevereiro de 1848 deveria ter sido o estopim da onda revolucionária democrático-burguesa no Velho Continente e da derrota do alicerce da contra-revolução daquela época: o tzarismo russo. Mas, por si mesmas, a burguesia

e a pequena burguesia democráticas não tiveram energia suficiente, a não ser para reprimir o proletariado rebelde de Paris, no mês de junho. A luta popular e a possível vitória constitucional da democracia em El Salvador são um resíduo retardatário da onda popular que sacudiu a América Latina depois da segunda guerra. Sua vitória seria um atestado de óbito para o radicalismo pequeno-burguês de outrora.

Os comunistas e a luta atual na América Central

Do ponto de vista do proletariado, qual seria o melhor desfecho da luta atual? Nas condições atuais (em que pesa enormemente o fato de o proletariado não estar constituído, internacional e localmente, em classe, isto é, em partido), o desfecho mais positivo seria o de que as massas trabalhadoras e o campesinato pobre, setores que combatem heroicamente contra o regime vigente, tornem impossível qualquer compromisso viável que a FDR tente estabelecer com a oligarquia dominante e setores das Forças Armadas, destruam todas as estruturas repressivas e militares do Estado e imponham a desapropriação dos latifundiários e do imperialismo, vibrando assim um golpe político e social considerável à Ordem burguesa e reduzindo, por conseguinte, a possibilidade de um retorno à situação política e social anterior, possibilidade que será tanto mais ameaçadora quanto menos radical for a vitória do "bloco popular"; e, ao mesmo tempo, este desfecho mais favorável suporia que as massas exploradas e oprimidas impusessem, pela força, ao regime burguês que surgiria da derrota do atual, as liberdades de associação, de imprensa e de greve para o movimento operário e o campesinato pobre, preparando assim melhores condições para estes e para o mais amplo desenvolvimento da luta de classes, que não poderá deixar de desenvolver-se dentro do atual "bloco de oposição".

Que fique bem claro. Um partido revolucionário de classe em El Salvador deveria impulsionar com todas as suas forças a luta do proletariado e das massas camponesas, que são a força de choque da guerra atual, graças a um trabalho de organização e de participação nas lutas das suas organizações imediatas contra a classe dominante, seu Estado e seus bandos armados, luta para a qual seria imprescindível forjar órgãos militares de autodefesa armada, bem como

um trabalho antimilitarista no seio do Exército, visando uma insurreição vitoriosa, a destruição do Exército burguês e a desapropriação dos latifundiários, da burguesia e do imperialismo, graças à instauração da ditadura proletária, que deveria contar com o apoio das amplas camadas revolucionárias do campesinato e que atuaria como um elo da revolução continental americana. Exatamente por isso, o partido revolucionário deveria preservar sua total independência política e organizativa em relação a todas as forças burguesas e pequeno-burguesas, e combater os esforços da burguesia reformista e de seus aliados pequeno-burgueses para canalizar a luta dos operários e camponeses no sentido de uma reforma constitucional da Ordem burguesa, cujas estruturas sociais serão tanto menos atacadas quanto mais subordinado estiver o movimento das massas exploradas à direção da burguesia.

Inclusive estando excluída esta possibilidade histórica, devido à ausência deste partido de classe, não somos nem podemos ser indiferentes à derrota militar e insurrecional do Exército atual e da oligarquia dominante. Muito pelo contrário, a desejamos veementemente e por várias razões objetivas que nada têm a ver com a defesa dos princípios e do programa democráticos e nacionais. Em primeiro lugar, porque inclusive a vitória de uma revolução puramente constitucional (= que significaria tão-somente a passagem do poder das mãos da oligarquia atual para um bloco de forças burguesas e pequeno-burguesas) abriria o caminho para um desenvolvimento mais amplo e profundo da luta de classes. Em segundo lugar, porque dita vitória, junto com a sandinista - exemplo daquela revolução constitucional a que aludimos -, constituiria um passo à frente no sentido da homogeneização da luta de classes na América Central e no resto da América Latina, opondo as massas proletárias e camponesas pobres ao bloco (mais ou menos unificado) das forças burguesas. E, em terceiro lugar, porque a trajetória final do revolucionarismo da OLAS e sua participação aberta no Estado burguês (mais ou menos reformado) é a prova material, para todo o proletariado latino-americano, de que a luta pela sua emancipação não passa pelos programas nacionais e democrático-populares, mas pela guerra civil no seio do "povo", este bloco inconsistente no qual a classe operária e o campesinato pobre nada mais são que carne de canhão para os interesses burgueses.

Sobre o intento de golpe na Espanha

Não é a democracia que defenderá o proletariado

Embora apareça à primeira vista como o resultado das intervenções do Coronel Tejero e do General Milans del Bosch, a tentativa de golpe militar na Espanha (é inútil demonstrar), tem ramificações em todo o Estado. É um fato que toda a imprensa burguesa pos em relevo. A tentativa contou com a participação ativa de vastos setores da oficialidade, e não somente em Cartagena e na Murcia, mas também em Saragossa, Valladolid, La Coruña e Madri, bem como no estado-maior do exército. É inútil esperar que o próprio Estado esclareça publicamente todos os aspectos deste golpe, reclamado a gritos por boa parte da hierarquia militar. Seu fracasso, porém, proporcionou grandes confirmações, que o proletariado do mundo inteiro não deve deixar cair no esquecimento.

É indubitável que para os setores burgueses mais esclarecidos o golpe é, hoje, prematuro, pois a democracia conseguiu, em geral, manter os choques sociais dentro dos limites aceitáveis pela classe dominante. A desilusão por parte das massas trabalhadoras para com a democracia não se traduz ainda numa vontade ativa e organizada de luta, e a política dos governos civis, embora com atraso, reflete satisfatoriamente as exigências de uma "política de austeridade" bem aceita pelos representantes operários.

É por esta razão que *El País* pôde escrever: "Segundo os meios financeiros, nada pode justificar o golpe de Estado" (24.2.81). Daí a reação da monarquia recusando-se a pôr-se à frente do golpe, por considerá-lo superfluo hoje. Daí a reação de um setor das Forças Armadas, que se exprime na declaração do General Galmes, chefe da IV Região Militar (Barcelona): "os atos destes últimos dias não devem repetir-se, a não ser quando a Pátria os reclame, e é natural que a Pátria só os reclame em situações verdadeiramente excepcionais".

Mas o fato de que tenha sido tão-só a monarquia quem teve a iniciativa de salvar a continuidade democrática do regime demonstra claramente que a própria democracia não foi, nem é mais que a folha de parreira de uma ditadura burguesa, cujos amortecedores decisivos são, em última instância, os mesmos "poderes de fato" de sempre. Daí a declaração do Rei, depois da fracassada tentativa: "seria pouco aconselhável uma reação dura e aberta das forças políticas contra os que cometeram os atos de subversão nas últimas horas, mas seria mais contraproducente ainda estender esta reação, de

maneira geral, às Forças Armadas e as Forças de Segurança (...). Reitero meu pedido de colaboração leal e desinteressada para que possamos consolidar nossa democracia dentro da ordem, da unidade e da paz".

É por esta mesma razão que a democracia não é, nem nunca será, um baluarte contra um golpe militar, do qual só sairá vencedora na medida em que sua ação antiproletária de sujeição "voluntária" das massas operárias ao diktat da classe capitalista faça com que seja supérflua a imposição do despotismo burguês pela força. Para dizer em poucas palavras o que não cansamos de repetir, e que a história confirma todos os dias: a sobrevivência da democracia depende fundamentalmente da vontade da classe dominante.

O fracasso deste golpe é, ao mesmo tempo, um verdadeiro ensaio geral para políticos e militares, para toda a classe capitalista. O golpe de julho de 1936 provocou uma revolta generalizada do proletariado, que conseguiu esmagar os centros vitais do país. Hoje, a burguesia pode dormir mais tranqüila: a revolta militar não provocou uma reação de massas de caráter insurrecional. Não porque a social-democracia e o stalinismo não chamaram à greve geral e insurrecional, como tampouco chamaram em 1936, mas porque hoje não existe, como então, uma tradição de luta que, com todas as suas lacunas, situava-se decididamente no terreno da violência revolucionária e da ação direta.

Na noite de 23 a 24 de fevereiro, Comisiones Obreras e a UGT (central sindical socialista) "lançaram um apelo à calma, tanto aos trabalhadores como a todos os cidadãos, e reafirmaram seu total apoio ao Rei, ao parlamento, ao governo e a to-

das as instituições democráticas" (*El País*, 24.2.81), deixando assim o proletariado nas mãos de seus inimigos de classe. A única coisa que estes lacaios fizeram foi convocar, juntamente com os partidos "operários" oficiais, no dia 25 de fevereiro, isto é, dois dias depois do fracasso do golpe, para uma manifestação, no dia 27, em defesa da ordem, ao lado do partido do governo e da Alianza Popular. No País Vasco a reação não foi melhor: a "esquerda vasca" e a "extrema esquerda" (trotskistas, ex-maoístas, etc) marcaram para o mesmo dia 27 uma manifestação "pelo expurgo dos implicados". Seria inútil esperar outra coisa destes últimos, pois toda a sua política sempre esteve orientada no sentido da reforma do regime constitucional, e não no da destruição do Estado capitalista.

O desenvolvimento da crise mundial do capitalismo, a acentuação dos antagonismos de classe, o abismo crescente entre a democracia e as massas exploradas e a futura eclosão generalizada dos choques sociais, colocam cada vez mais na ordem do dia a ofensiva burguesa em todas as suas formas e a militarização crescente do país, já importante no País Vasco e que foi acentuada mais ainda com as medidas tomadas pelo governo de Calvo Sotelo, o vencedor democrático do golpe, de integrar as Forças Armadas na manutenção da sacrossanta Ordem burguesa na região, que ora está sob uma verdadeira ocupação militar.

Podemos prever esta ofensiva militar contra a classe operária pelo fato de que as tradições políticas nacionais, que dão à oficialidade um peso decisivo na vida do Estado.

Para enfrentar esta ofensiva burguesa, a classe operária deve acelerar as etapas da sua preparação revolucionária, consciente de que a alternativa derrotista e criminosa sugerida pela democracia deixa-a plenamente exposta à repressão burguesa. Para que possa enfrentar a burguesia dominante em todos os planos da guerra civil entre as classes, deverá forjar uma força de classe anticapitalista e antidemocrática, fortalecida nas

(segue pg. 11)

Preparar a resposta de classe ao «terror branco»

O atentado à festa organizada pelas esquerdas no Riocentro em comemoração ao 1º de Maio (que, de *dia de luta* dos trabalhadores contra o jugo do Capital, foi transformado em dia de cantorias e discursos demagógicos) provocou um novo clamor geral - do governo às esquerdas - contra o "terrorismo". Um verdadeiro reflexo condicionado democrático fez com que as esquerdas unissem novamente sua voz à dos corifeus da democracia burguesa para reclamarem a apuração dos fatos e a punição dos culpados. Com esta posição, aqueles que pretendem representar a classe operária contribuem a paralisá-la politicamente, deixando-a não só impotente para responder aos atos de intimidação, como também levando, com isso, água ao próprio moinho da burguesia, que com estes atos visa, precisamente, paralisar a classe pelo medo.

A punição dos culpados ! Exigir isto, se se quiser ser coerente com o marxismo e com toda a realidade da dominação burguesa, é exigir que o Estado puna a si próprio e à burguesia, de que é o instrumento de dominação ! Pois o Estado é a encarnação da violência; sua polícia, suas prisões, sua legislação repressiva, são a encarnação do terror, a forma cotidiana de intimidação das massas exploradas, sobre cujas cabeças fazem pairar permanentemente a ameaça: fiquem submissas, senão todo este arsenal legal de defesa da sacrossanta Ordem se abaterá sobre vocês !

A punição dos culpados ! A que leva esta posição ? A um só - e desastroso - resultado: fortalecer a ideia-mestra da ideologia burguesa de que o terror, a intimidação oficial de Estado encarnados em suas instituições legais não são tais, senão instrumentos, aceitos por todos e a bençoados por todas as Igrejas (com cujo *Lacrima Christi* pacifista se embriagam nossos esquerdistas), cuja função é garantir o convívio social fraterno, coibir os excessos de minorias anti-sociais, etc. Em outras palavras, pedir que o Estado burguês apure os fatos e puna os responsáveis equivale a a fiançar a ideia de ele é um instrumento situado acima das classes, um instrumento neutro, como neutros seriam aqueles meios terroristas sobre os quais se funda. É fiançar, ao mesmo tempo, esta outra vigia-mestra ideológica da democracia segundo a qual, se o Estado é parcial, se ele se omite no desempenho desta função neutra que lhe compe-

tiria, é única e exclusivamente por culpa dos que se acham ao seu timão, que o teriam desviado daquela sua missão transcendental: bastaria, pois, uma mudancinha de governo (ou de regime) para que tudo se arranjasse. Essa falácia do *cretinismo democrático* está tão impregnada nos nossos esquerdistas que, efetivamente, eles logo ligaram a apuração e punição à abertura democrática...

A punição dos culpados ! A cegueira política é tamanha, que não percebem que a burguesia arrumará quantos culpados precisarem, se julgar conveniente ! Já está o tal Watters para comprová-lo... E, provavelmente, algum culpado já terá aparecido quando este jornal estiver no prelo. Apontando um culpado (real ou fabricado, dá no mesmo), a burguesia arruma um bom bode expiatório que não só lhe permitirá dar um novo lustro à imagem do Estado - árbitro neutro e imparcial defensor da maioria (além disso, no momento atual, fortalecerá a manobra da abertura democrática), como a ocultar o fato de que a origem histórica, política e social do "terror branco" não é... o terrorista "de direita", descoberto e punido, mas a própria classe dominante burguesa e seus instrumentos de dominação. E esta gritaria democrática que se reproduz a cada atentado é uma preciosa contribuição a isto.

E não é tudo. Este clamor contribui também para dar crédito à ideia - que, por sua vez, a burguesia aproveita para propagar amplamente na imprensa, na Igreja, por todos os inúmeros meios à sua disposição - de que este "terror branco", encarnado pelos bandos paralegais "de direita", suas bombas e atentados, seria uma anormalidade, uma aberração, como aberrantes e anormais os vínculos que têm com as próprias forças legais de repressão - e que mais uma vez são postos a nu, com o presumido envolvimento dos dois militares no atentado. Muito pelo contrário, a vinculação dos bandos "ilegais" com elementos da polícia, das forças armadas, é um fato normal, permanente, indissociável do exercício do poder pela burguesia. Com efeito, o terror "normal", institucional, de que o Estado é a encarnação, tem e terá sempre, necessariamente, como complemento o terror para-estatal, paralegal: o "terror branco". É este um produto orgânico da dominação de classe burguesa e, por isto mesmo, dispõe de sólidos pontos de apoio no aparelho estatal e no corpo social

da burguesia. O único meio de extirpar o "terror branco" é extirpar política e socialmente a burguesia, o que só pode ser obra da *revolução comunista*, e não de um...IPM !

A resposta proletária ao "terror branco" é imperativa. Mas ela só pode ser eficaz se for dada num terreno de classe, que é o terreno da força contra a força, da violência contra a violência, da autodefesa armada contra as organizações armadas da burguesia (legais e paralegais), da retaliação operária aos ataques da burguesia. Nem é preciso dizer que, dado o estado de desorganização e de despreparação política e ideológica da classe, ainda está longe o dia em que esta resposta de classe poderá ser dada. Mas é preciso lembrar, sim, dado o imediatismo reinante, que esta resposta tem de ser preparada desde já, senão aquele dia nunca chegará ! Um primeiro passo - modestíssimo, mas indispensável - no sentido desta preparação é fazer a propagação dos métodos e bandeiras de classe que o proletariado deve fazer seus para esta resposta, estando atentos para as possibilidades de organizar ações - ainda que parciais, localizadas, envolvendo apenas um núcleo reduzido de operários - que contribuam para ir educando e habituando círculos operários cada vez mais amplos a responderem pontualmente aos ataques da burguesia.

Condição indispensável desta preparação elementar da resposta de classe é denunciar as manobras diversionistas, como a que a burguesia ora está encenando com a farsa do IPM e a eventual punição de algum bode expiatório, bem como a atitude das forças políticas hoje predominantes no movimento operário, as quais, com seu cretinismo democrático legalista e pacifista, produzem na classe e na sua preparação um efeito muito mais desastroso que todas as bombas que já foram e ainda serão jogadas contra o movimento revolucionário.

5 de maio de 1981

**programme
communiste**

**il programma
comunista**

**el-oumami
(l'internationaliste)**

A ofensiva burguesa contra o emprego

Com a crise mundial da economia capitalista, abre-se um ciclo que caracterizar-se-á por uma ofensiva generalizada da burguesia mundial contra as condições de vida e de trabalho da classe operária de todos os países. Esta ofensiva traduz-se, sobretudo, pela erosão dos salários e pelas demissões, e tem como objetivo produzir o mesmo a um custo menor e, por conseguinte, aumentar a taxa de lucro. No Brasil, enquanto o arrocho salarial já vem de velha data, iniciou-se este ano a aplicação em grande escala do segundo tipo de remédio burguês contra a crise, agravando a situação da classe operária com o congelamento das dispensas.

Assim, de janeiro a março, a Volkswagen demitiu cerca de 5.000 dos 45.000 empregados; no mesmo período, dispensou cerca de 3.000 em sua fábrica de Taubaté, o que corresponde à metade dos efetivos da mesma. A GM demitiu cerca de 1.500 em fevereiro, enquanto as outras indústrias do ramo também demitem ou dão férias coletivas.

Outro setor - o da indústria eletro-eletrônica - que é dos primeiros a serem atingidos

pela crise, demitiu 20.000 trabalhadores, de um total de 200.000, neste primeiro trimestre.

Por sua vez, a indústria de auto-peças ameaça uma redução de 10% da força de trabalho do setor, que emprega 285.000 assalariados. Quanto à indústria pesada, estima-se que irá dispensar este ano cerca de 12.000 trabalhadores, subindo para 23.100 o total de trabalhadores demitidos em dois anos pela indústria de máquinas e equipamentos. Também no comércio o nível de emprego caiu: na região metropolitana de São Paulo, diminuiu 6,76%.

Estes fenômenos estão acontecendo nas principais concentrações industriais do país. Em Belo Horizonte, de uma população economicamente ativa de 900 mil, quase 100 mil pessoas estão sem trabalho e outras 150 mil, subempregadas. Outras estatísticas fornecidas pelo IGBE mostram que a taxa de desemprego no Rio é de 8,16% e em São Paulo de 7,49%, havendo em todo o país 8% de desemprego médio. Ou seja, ter-se-ia 3,5 milhões de desempregados numa população ativa de 44 milhões.

Outra forma de ofensiva contra a classe operária é a redução da jornada de trabalho com redução do salário mensal. Em primeira linha neste ataque ao já magro salário operário está a Volkswagen, que é seguida por cerca de outras 50 indústrias de São Paulo. O plano da Volks é de reduzir em 5 dias a jornada mensal de trabalho, o que representaria uma redução de 20% nos salários dos trabalhadores, por um período de 3 meses.

Urge defender-se contra esta ofensiva em regra contra o salário e o emprego, a qual irá se acentuando cada vez mais, na medida em que a crise capitalista, que a engendra, não cessará de agravar-se. Urge preparar esta luta contra a ofensiva capitalista apoiando-se na força de toda a classe operária (de todas as fábricas e categorias, de empregados e desempregados), utilizando-se os métodos da luta de classe, em torno das reivindicações centrais comuns a todos os operários: não as demissões; seguro-desemprego para todos os trabalhadores; redução da jornada de trabalho a 40h semanais, com a manutenção do salário mensal; aumento de salário; salário integral para os desempregados.

Capitalismo = miséria

Atualmente, segundo a OMS, metade da população mundial (2 bilhões de pessoas) não tem acesso a quantidades suficientes de água potável. Um número ainda maior não vive em condições adequadas de saneamento. Só 38% dos habitantes de países em desenvolvimento têm acesso fácil à água potável. Em relação ao saneamento a situação ainda é pior: só 15% dos habitantes das regiões rurais do mundo contam com serviços adequados. A OMS estima que 80% de todas as doenças do mundo tenham origem na água: seja por sua escassez, seja por sua contaminação. Já o que a egrégia organização omite é que o problema da água, bem como o do saneamento, é um dos resultados catastróficos da anarquia da acumulação capitalista.

*

O Estado de São Paulo tem uma população de 25 milhões de habitantes, 7 milhões dos quais em "estado de carência", isto é, "pessoas que, individualmente ou com suas famílias, não têm acesso aos serviços de saúde, educação, trabalho, habitação, previdência social, etc", conforme

os "parâmetros técnicos". O número de menores carentes no Estado chega a 4 milhões, sendo que 1 milhão e 200 mil deles vive na cidade de São Paulo, cuja população infantil chega a 3 milhões e meio. A periferia da capital paulista compõe-se, por outro lado, de 550 favelas, onde vivem 1 milhão e 800 mil pessoas, das quais 500 mil são menores.

No Estado do Rio, há 3 milhões de crianças "marginalizadas e carentes". No Rio Grande do Sul, a população carente vai a mais de 1 milhão. Na Bahia, o número de carentes é de 1 milhão 300 mil, dos quais 300 mil menores.

São estes alguns dados da trágica situação que a acumulação capitalista, nas condições históricas do imperialismo, acarreta necessariamente para as grandes massas deserdadas. E esta situação vai agravar-se ainda mais com o aguçamento da crise mundial do capitalismo. Ela constitui um motivo a mais para lutarmos pela destruição deste infame regime, que é sinônimo de carência e miséria crescentes para as massas.

Espanha

(cont. da pg. 9)

manifestações e na ação direta contra todos os ataques do capitalismo, tanto no plano econômico como no político e social, e fetuar um trabalho antimilitarista entre os soldados, preparar a autodefesa armada de classe.

Só o armamento revolucionário do proletariado pode ser capaz de esmagar a ofensiva militar da burguesia no terreno insurrecional. E a condição indispensável deste armamento é a ação do Partido revolucionário de classe, cuja influência decisiva possibilita a ruptura total e irreconciliável do proletariado com todas as forças da democracia.

**communist
program**

tado de São Paulo como um verda- deiro teste, o qual, mostrando a predisposição ao compromisso dos falsos representantes do operariado, evidenciasse também a sua capacidade de fazer com que a classe engolisse o acordo conforme os interesses do patronato. Assim, ao anunciar a iminente nomeação das juntas, o secretário-geral do Ministério do Trabalho aclarava que "a intenção do governo é interferir cada vez menos no relacionamento entre empresários e trabalhadores" (Folha, 27.1.81). O patronato, pela boca do diretor do Instituto Euvaldo Lodi, da Confederação Nacional das Indústrias, punha em destaque a importância que os empresários em prestam à negociação direta: "a negociação é a ponta de lança da abertura social, sem a qual a abertura política é um mito. A

O papel dos neopelegos

Valendo-se da sua autoridade sobre a classe, as diretorias destituídas - expoentes da corrente democrática do peleguismo - desempenharam, embora formalmente desde fora do aparelho sindical, o papel efetivo de "interlocutores" operários do patronato. E desempenharam o papel que lhes é atribuído nas negociações com desenvoltura. O argumento de que, hoje, não há negociações democráticas, por não existirem sindicatos livres, é um falso argumento: ao contrário, dele só se poderia concluir que a traição dos falsos líderes é ainda pior, pois se submetem às regras do jogo inclusive quando se lhes atam as mãos.

Em poucas palavras, poderíamos assim resumir este seu desempenho: adotar uma posição pretendidamente combativa e intransigente, graças a toda uma propaganda verbal, mas não fazer nada de efetivo para preparar a luta, que prometem para o caso em que o patronato não satisfizer as reivindicações; ao final das negociações, esquecem as promessas iniciais, assinam o acordo e chamam a classe a recuar, em nome de uma série de considerações derrotistas.

Assim, o boletim distribuído pela diretoria cassada de S. André, no início da campanha, proclamava: "Nossa categoria já plantou muito, regando tudo com suor, sangue e lágrimas. Chegou o ano da colheita (...) Os patrões estão jogando alto contra nós (...) Acham que nós estamos com medo e, por isso, já fizeram uma proposta de acordo simplesmente ridícula. Não podemos recuar agora. Ou vem acordo decente, ou partimos para a luta" (Em Tempo, 26.3-8.4.81). Assim, a declaração tonitruante do Djalma de Souza Bom, companheiro de Lula na diretoria destituída de

consolidação da abertura política, tão almejada pela sociedade brasileira, passa necessariamente pela negociação (...) O governo precisa entender que divergência não é agressão, mas desejo de participação, já que o dissenso é inerente a uma sociedade que se quer aberta e plural" (O Globo, 5.4.81).

O teste foi altamente positivo, para a burguesia, que viu os Lulas & Cia. desempenharem o papel de partes de um diálogo em busca da obtenção de um pretendido, e impossível, interesse comum. E o patronato, pela boca do seu líder, Luís Eulálio Bueno Vidigal, reconheceu-o sinceramente: "o acordo se deve sobretudo à maturidade dos operários" (Veja, 8.4.81). Maduros para a colaboração democrática de classes, para a democrática submissão dos trabalhadores aos interesses do Capital!

São Bernardo: "Se a intransigência for a mesma dos anos anteriores, os patrões vão enfrentar uma greve que nunca mais vão esquecer na vida" (Folha, 8.3.81).

Tudo isto foram palavras, nada mais que palavras, que só serviram para iludir a classe, que estes paladinos do sindicalismo democrático deixavam totalmente despreparada e desmobilizada. Não só às vésperas da campanha e durante a mesma, mas sobretudo durante todo o longo lapso de um ano que a separaram da última greve dos metalúrgicos do ABC. E, precisamente por não ter sido organizada a pressão real dos trabalhadores, que seria o cúmulo da ingenuidade - para não dizer pior - confundir com o blablablá destes pelegos democráticos à Lula, as negociações transcorreram a frio, isto é, nunca foram um momento de uma luta preparada com continuidade e antecedência; por isto, resumiram-se a meras discussões rituais com os representantes do patronato, que, por seu lado, eram os únicos que estavam numa posição de força.

O desenrolar das negociações foi caracterizado pelo velho ritual da "política contratual", encaminhada pelo reformismo socialista de inícios do século, entronizada como método burguês pelo fascismo e adotada hoje pelas burguesias de todo o mundo democrático ou "totalitário". Os representantes do patronato apresentaram uma proposta baixa, a fim de disporem de uma margem de manobra que lhes permitisse "ceder" um pouco; os pseudo representantes operários apresentaram, por sua vez, uma proposta mais ou menos correspondente aos anseios dos trabalhadores e substancialmente acima da proposta patronal. Os patrões, num primeiro tempo, fin-

Um teste

giram ser irredutíveis. Qual a resposta dos sindicalistas ante esta irredutibilidade? Qual a resposta dos amigos de Lula? A caso partiram para a luta, conforme haviam prometido, organizando e desencadeando a pressão operária sobre o patronato, a caso chamaram à greve? Qual na da! O membro da junta de São Bernardo - que, no essencial, fecha com Lula - limitou-se a "pegar o boné e marcar outra luta para as conversações", segundo conta uma fonte insuspeita - o jornal Em Tempo (nº cit.), incondicional do lulismo e que aparenta simpatias até para com o presidente da junta de SBC.

Bela reação de luta! Quanto a Lula e seu grupo, que têm uma boa implantação e capacidade de mobilização, nada fizeram também no sentido de preparar a tal greve inesquecível prometida pelo Djalma.

E assim prosseguiu o espetáculo. Até o desenlace final, que foi o alinhamento dos representantes operários ao acordo querido pelo patronato, num recuo desastroso e desmoralizante para a classe, a quem tinham prometido a luta. Quanto a esta, fica para um vago amanhã, como explica Arnaldo Gonçalves, presidente do sindicato de Santos: "não foi um bom acordo, e os trabalhadores sabem disso (...); não foi um recuo, mas uma medida tática correta para ganhar tempo e se organizar." Como se os ilustres "representantes dos operários" já não tivessem tido tempo - e de sobra! - para organizar a luta! Se não o fizeram, não foi por falta de tempo, mas porque não se colocam no terreno da luta de classes, senão no da colaboração de classes, em que a "luta" é sempre deixada para depois, quando devia ser ela o ponto de partida para toda e qualquer discussão com o patronato, porque só ela permite que a classe chegue ante o patrão numa posição de força.

O método classista

A essência do método classista está, precisamente, em mobilizar e organizar efetivamente a classe, para que as eventuais negociações com o patronato se façam sob uma pressão real constante, uma pressão cuja forma mais eficaz é a greve sem limite de duração. Pois é quan-

importante

do estão mobilizados (*de fato*, não em assembléias formais nas que sua única forma de participação é escutar o falatório dos seus falsos líderes), quando estão em greve, que os operários se acham em melhores condições para impor suas reivindicações, assim como para efetuar, se uma relação de forças desfavorável o impuser, um *recuo tático* digno deste nome, isto é, que não seja uma desastrosa capitulação, mas sim uma medida que permita reagrupar forças para tornar a avançar.

Por outro lado, esta preparação da classe não pode ter como objetivo principal as campanhas salariais. Estas não devem vir a ser nada mais que um simples momento de uma luta muito mais ampla e elevada. Com efeito, a tarefa de organização e preparação da classe operária é uma *tarefa constante*, que devem assumir as vanguardas classistas, as quais não podem pautar sua ação unicamente pelo calendário sindical oficial, já que a ofensiva do capital contra os trabalhadores é permanente, não se realiza a data fixa, no dia marcado para as renovações dos contratos coletivos, mas sim o ano inteiro, cotidianamente, sob as formas mais variadas. Urge, pois, construir, *cotidianamente também*, uma relação de forças mais favorável à classe; urge levar adiante, cotidianamente, um trabalho consciente de fortalecimento e organização progressivos da classe, através de ações e lutas que correspondam às necessidades materiais e políticas do proletariado. Obviamente, estas ações e lutas não podem ser todo dia de grande envergadura: só a um pobre de espírito acorreria a idéia da greve em permanência! Porém, mesmo sendo modestas, parciais, por objetivos limitados, estas lutas contribuem para ir avançando no sentido daquela *união crescente dos trabalhadores*, que é o principal resultado da luta econômica imediata.

Só assim se poderá fazer com que as campanhas salariais sejam levadas numa perspectiva classista, que as inclua como um aspecto subordinado desta atividade permanente de defesa das condições operárias contra a ofensiva do capital.

Derrotismo lulista

A política dos pelegos e, sobretudo dos pelegos democráticos

cos tipo Lula & Cia., é o oposto desta política classista. No fundo, a ação sindical resume-se, para eles, a cumprir o calendário legalmente fixado para as campanhas salariais e eventos semelhantes. E a forma essencial que ela assume é a negociação, enquanto que a arma fundamental da luta imediata - a greve - é relegada ao papel de *último recurso*, de que só se deve lançar mão caso as negociações fracassem. É o próprio Lula quem explica isso: "Queremos negociar, conversar com o patrão e o governo, e conseguir um bom acordo para a categoria. Só iremos à greve se eles uma vez mais fizerem pouco caso das nossas reivindicações e desrespeitarem a classe trabalhadora" (*Folha*, 14.2.81). Em outras palavras, em vez de subordinar a negociação à luta geral, à greve, subordina-se a greve à negociação, o que equivale, de fato, a deixar a iniciativa nas mãos do patronato (que nunca dá nada de mão beijada, numa simples e educada "conversa", mas que só cede ante a força), debilitando a posição da classe operária, a lém de esvaziar as potencialidades da arma da greve. É esta uma política 100% derrotista.

É muito mais nesta política pelega do que na intrasigência patronal (que - e isto é uma lição que os proletários devem aprender - sempre falam a língua da força) que devemos apontar a causa principal de derrotas como a presente. Uma política que se completa, agora, após a assinatura do acordo, com toda uma atividade e uma propaganda que têm como efeito desmoralizar a classe, incutir-lhe o derrotismo, martelando sem cessar, sob os mais variados pretextos, que o momento não é propício para a luta.

"Os trabalhadores têm consciência de que o momento não é o melhor para a luta sindical, de que o momento é muito mais para a gente se preparar para daqui a algum tempo (os pelegos são sempre assim: prometem para hoje a preparação que não levaram a cabo - é até sabotaram - ontem, e deixam a luta para um vago amanhã - ndr), do que efetivamente fazer uma nova greve (que pouco antes Lula ameaçava deflagrar... - ndr) em cima do clima de terror criado durante seis meses pelos meios de comunicação a serviço do próprio governo" (Lula a *Em Tempo*, 9.4.).

Aqui está outro traço característico dos traidores da classe: pretestar a posição de força da burguesia (que sempre lançará mão de todos os meios a seu alcance para paralisar seus adversários de classe) para justificar o abandono da luta. Mas ao contrário do que apregoam os Lulas, poderíamos dizer que é precisamente quando a burguesia se lança sobre a classe para in-

timidá-la, que a luta, a resposta operária de classe, faz-se mais que nunca necessária, porque urge então fazer com que a classe, através de uma ação firme, sinta a imensa força que tem. Inversamente, chamá-la a abster-se da luta, como faz Lula, contribui para dar-lhe um sentimento de impotência, que é exatamente o objetivo que a burguesia visa com seu ataque. Em outras palavras, preconizar o imobilismo equivale a ser cúmplice da burguesia.

Noutro trecho da mesma entrevista de Lula, esta cumplicidade torna a saltar aos olhos: "Historicamente, nós temos que as grandes conquistas da classe trabalhadora se deram nos bons momentos econômicos, não se deram em maus momentos quando há uma retração econômica." Não é exatamente isso o que a burguesia nos diz diariamente? Para "dividir" com os operários é preciso que o bolo cresça; em épocas de crise não se pode esperar obter nada! "Todos" (= os operários) têm que apertar os cintos à espera de dias melhores! Esta infame propaganda a que o falso líder operário faz eco, a seu modo, só serve para ocultar que é mais que nunca nos "maus momentos" que a classe operária tem de lutar, se não quiser ver-se reduzida à maior miséria e submissão.

Em suma, no teste da campanha salarial dos metalúrgicos do ABC e do interior, a burguesia pode dar aos Lulas uma merecida nota 10.

Até que ponto, Vidigal?

Podemos ler na *Folha de São Paulo* de 22.3.81 que "a participação dos salários no valor global da produção industrial caiu 5,54% no ano passado, em relação a 1979, embora a produtividade do trabalho tenha crescido 4,04%". Não obstante isto, parece que o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Luís Eulálio Bueno Vidigal, não está contente com os resultados obtidos, já que na mesma página deste jornal declara: "Acho mesmo que a riqueza de um país como o nosso só pode aumentar em função de uma ação conjunta de patrões e empregados, na qual ambos tenham consciência da meta comum a ser atingida. Essa meta comum é a melhoria da produtividade, sem a qual não haverá muito que repartir."

Até que ponto o Vidigal acha que a produtividade deverá aumentar para que chegue a hora de repartir? Mas já sabemos muito bem que essa hora nunca chegará sob o capitalismo.

A função do PT

(cont. da pg. 3)

tiu que este fosse dotado de uma auréola de defensor dos interesses dos trabalhadores. Con - juntamente com a Igreja, o petismo é hoje uma das principais forças que detêm a direção do movimento operário. E é indubitável que tanto uma como o outro contribuíram, em certa medida, para a organização das últimas lutas e proporcionaram a rede organizativa na qual o movimento operário vem se exprimindo. No entanto, seria uma profunda miopia política ver neste fato - como faz a esmagadora maioria dos grupos "de esquerda" - a prova de que é possível utilizar estas forças para a luta de classes e a revolução. Ao contrário, devemos ver nisto um limite e uma debilidade dramáticos do movimento operário. Estes limites já se manifestaram no fato de que a orientação dada ao movimento tem sido sempre pacifista e reformista, tratando de conter a luta nos marcos da legalidade e canalizando-a em direção ao terreno da colaboração de classes.

É claro que para realizar esta tarefa antioperária não pode utilizar os sindicatos atuais (a não ser de modo demasia-

do limitado). O peleguismo democrático necessita, pois, de uma reforma que permita a constituição de uma nova organização sindical formalmente independente do Estado burguês (reforma esta que, aliás, vem sendo reivindicada com insistência cada vez maior por significativos setores do empresariado). É este o sentido da sua reivindicação de "sindicatos livres e independentes do Estado" e "dissolução da estrutura sindical em vigor" (Plataforma política do PT) Isto é, um sindicato de colaboração de classes à alemã, sem dúvida, com o qual Lula ficou encantado no seu recente giro pela Europa e EUA, em fevereiro.

É indiscutível que uma condição indispensável da luta de classes é a constituição de organizações sindicais independentes do Estado burguês. Mas a independência e a autonomia destas só pode ser uma realidade e não um fato puramente estatutário e formal - se elas se colocarem num terreno de classe, isto é, se adotarem orientações, métodos, reivindicações e uma organização estritamente classistas. Em outras palavras, urge lutar por uma organização independente da burguesia, da po-

lítica burguesa, o que significa uma organização que se coloque fora e contra o terreno da democracia, que é, necessariamente, o terreno da colaboração de classes. Sem a ruptura cabal com a democracia burguesa e seus agentes, a independência formal em relação ao Estado não será mais que uma máscara para esconder uma submissão de fato, uma integração na política democrática da burguesia, tal qual ocorre nos países imperialistas.

E é evidente que esta ruptura supõe a luta contra o petismo, cuja função é, precisamente, a de impedir que o movimento operário se coloque no terreno classista - antidemocrático e anticapitalista -, o único em que pode afirmar-se como força independente.

Companheiro!
Nossa imprensa
conta com o teu
apoio financeiro!

Uma arma para a organização da vanguarda proletária

(cont. da pg. 1)

tribui para orientar e "enquadrar" politicamente a ação de classe revolucionária, discutindo e esclarecendo as diferentes questões levantadas pela luta de classes, apontando as exigências da luta, indicando os métodos, objetivos, perspectivas, fazendo a propaganda do programa e dos princípios do comunismo revolucionário.

Esforçando-se em cumprir esta função, Proletário procurará ser, mais modestamente, um ponto de referência político para aquelas minorias proletárias de vanguarda (hoje, nas condições ainda reinantes de contrarrevolução, necessariamente minúsculas) que buscam o caminho e o instrumento - o Partido - da emancipação da sua classe, o caminho e o instrumento da revolução comunista.

tena como meta o comunismo, a sociedade sem classes, e como programa a conquista do poder político e a ditadura do proletariado de todos os países e -

exercida pelo Partido Comunista Internacional, lutaremos para e levar o movimento operário brasileiro à perspectiva da luta revolucionária de todo o proletariado americano (do norte, centro e sul) contra o imperialismo americano - e mundial - e as classes dominantes latino-americanas, luta esta que é a expressão, ao nível do continente americano da luta revolucionária contra o capitalismo mundial. Como bandeira desta batalha titânica desfraldamos o vibrante apelo do Manifesto Comunista:

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNAM-SE !

"O papel do jornal não se limita, no entanto, a difundir idéias, a educar politicamente e a ganhar aliados políticos. O jornal é não só um propagandista e um agitador coletivo, como também um organizador coletivo (...). Graças ao jornal e em relação com ele ir-se-á formando, por si mesma, a organização permanente, que se encarregará não só do trabalho local, co-

mo também do trabalho geral e regular, que acostuma seus membros a seguir atentamente os acontecimentos políticos, a apreciar seu significado e sua influência sobre os diferentes setores da população, a elaborar os métodos adequados a permitir que o partido revolucionário influa sobre estes acontecimentos (...). Esta rede de agentes servirá de andaime precisamente para a organização de que precisamos: será suficientemente grande para abarcar todo o país; suficientemente ampla e complexa para poder estabelecer uma rigorosa e detalhada divisão do trabalho; suficientemente vigorosa para ser capaz de continuar incansavelmente seu trabalho em todas as circunstâncias, nas "reviravoltas" e situações mais inesperadas (...).

"Semelhante grau de disposição combativa só pode ser alcançado mediante um trabalho constante nas fileiras do exército. E se unirmos nossas forças na publicação e na difusão de um jornal comum este trabalho contribuirá para preparar e promover não só os propagandistas mais hábeis, como também os organizadores mais capazes, os dirigentes políticos do partido que tenham mais talento, que saibam, no momento oportuno, dar a indicação para o combate decisivo e dirigi-lo.

(Lênin, Por onde começar?, 1901)